



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



RELATÓRIO AMBIENTAL

Nº 200/2019.

INFRATOR: Maria Graciete de Castro Lima.

CPF: 728.618.787-20

RG: 79.717 SSP/RR

ENDEREÇO: Rua. Pedro Praça Nº 201 - Buritis – Boa Vista - RR

OBJETIVO: Relatar os fatos que geraram o Auto de Infração e embargo Nº 0002959.

INTRODUÇÃO

No dia 04 de outubro de 2019, a equipe de Fiscalização da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH, composta pelos Analistas Ambientais/Fiscais **José Rodrigues da Silva Júnior e Igor Mota Garcia** conduzido pelo motorista Elizeu Aires, acompanhado por Policiais da Companhia Independente de Polícia Ambiental - CIPA, **Cabo Gário, SD Pierre Bernardi Berto Raposo e SD Ronaldo Ramos Moura** deslocou-se até o local da denúncia no município de Alto Alegre com a finalidade de atender o Ofício nº 375/2019 – PJ/AA/MP/RR.

DOS FATOS

A equipe acima citada ao chegar no local da denuncia mencionada no Ofício citado em tela, encontrou a senhora **Maria Graciete de Castro Lima, portadora do CPF: 728.618.787- 20 e RG: 79.719 SSP/RR**, a equipe de fiscais da FEMARH/RR, perguntaram a mesma se ela era proprietário do lote ao qual se encontrava, a mesma falou que era em seguida foi questionado pela a equipe se ele tinha autorização dos órgão ambientais competente para destruição e área de lazer da referida área, ela disse que não.

Diante dos fatos a equipe coletou as **coordenadas geográfica N 02°42'56.08" W 061°01'23.59"** com uma área equivalente a 0,0807 hectares de área desmatada de vegetação nativa em área de preservação permanente, sem autorização dos órgãos ambientais competentes, e foi feito o embargo da área.

Em seguida a senhora mencionada em tela foi autuada e multada sob o Auto de Infração Nº 0002959 de 04 de outubro de 2019, em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por destruir 0,0807 hectares de floresta nativa sem autorização dos órgãos ambientais competente.



Avenida Ville Roy, 4935 São Pedro - Boa Vista – RR
CEP 69.306-665
TELEFONE: 095 2121 – 9190
gab.femarth@gmail.com



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Diante dos fatos mencionados, foi mensurada a área destruída, com suas respectivas coordenadas geográficas N 02°42'56,08" e W 061°01'23,59", que se encontra em área de preservação ambiental equivalente a 0,0807 hectares.

DA LEGISLAÇÃO APLICADA AO CASO

Constituição Federal de 1988

Artigo 24, Inciso VI:

Determina que compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção do meio ambiente, controle de Poluição e responsabilidade por danos ao meio ambiente

Artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Lei Federal nº 9.605 de 12 fevereiro de 1998.

Artigo 70 – Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

Artigo 38 – Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:

Pena – detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Lei Federal Nº 12.651, DE 25 de maio de 2012.

Artigo 4º-Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

- I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).
- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura.



Avenida Ville Roy, 4935 São Pedro - Boa Vista - RR
CEP 69.306-665
TELEFONE: 095 2121 - 9190
gab.femarh@gmail.com



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Artigo 7º - A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

§ 1º Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvando os usos autorizados previsto nesta Lei.

Decreto nº . 6.514, de 22 de julho de 2008.

Artigo 3º - As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II – multa simples;

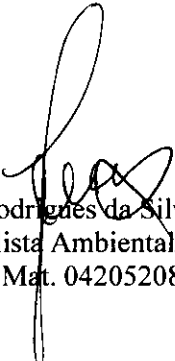
VII – embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas.

Artigo 43. Destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação natural ou utilizá-las com infringência das normas de proteção em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, quando exigível, ou em desacordo com a obtida:

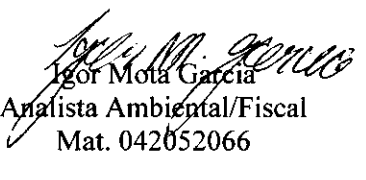
Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por hectare ou fração

CONCLUSÃO

Diante dos fatos narrados, no dia 04 de outubro de 2019, a senhora Maria Graciete de Castro Lima, CPF. 728.618.787-20, tomou ciência do auto de infração e foi informado do direito ao contraditório e ampla defesa. Com isso, foi multado no valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por destruir 0,0807 hectares de vegetação nativa em área de preservação permanente na coordenada geográfica N 02°42'56,08" e W 061°01'23,59", tendo como base legal o artigo 70 inciso § 1º da Lei 9.605/98 e art.43, caput do Decreto Federal 6.514/08, sendo o auto de infração nº 0002959.


José Rodrigues da Silva Júnior
Analista Ambiental/Fiscal
Mat. 042052084

Boa Vista-RR, 14 de novembro de 2019.

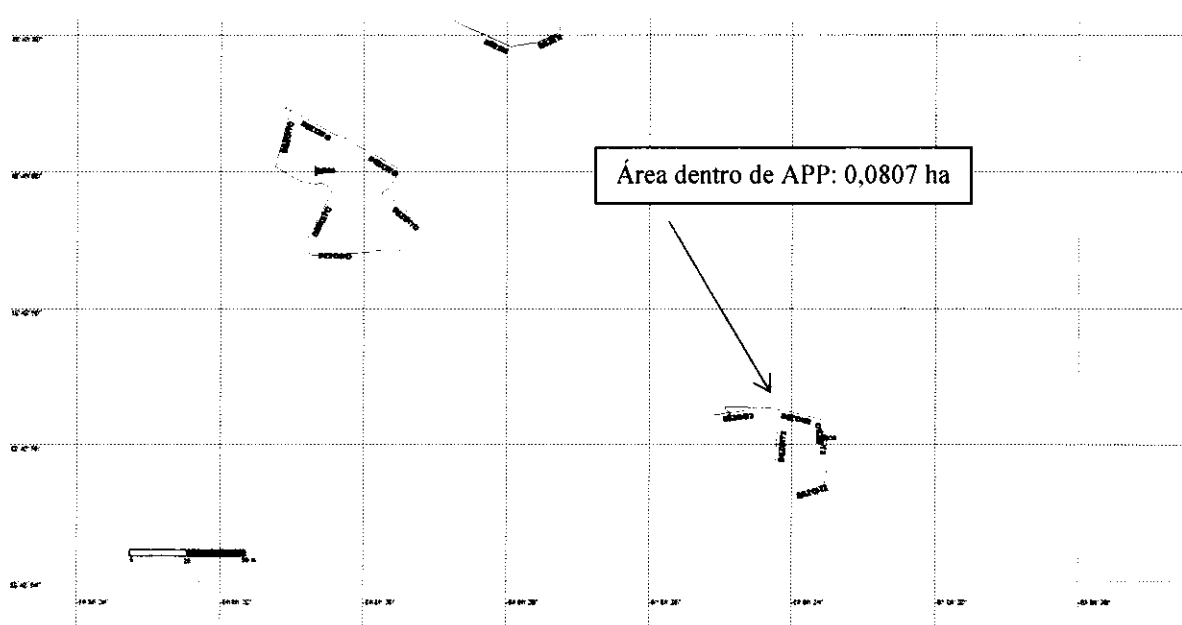

Igor Mota Garcia
Analista Ambiental/Fiscal
Mat. 042052066



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



APP Danificada.



Agda
[Signature]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Ofício n.º 375/2019-PJ/AA/MP/RR

16/08
Solicitado diligência de
prazo - OF. 823/18
12.08.19

Ilmo. Sr.
Presidente Interino da FEMARH/RR
Avenida Ville Roy, nº 4935, Bairro São Pedro
Boa Vista – Roraima
CEP: 69.306.040.

Ref.: Procedimento Preparatório nº 004/2019

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho-lhe documentação, em anexo, oportunidade na qual com fundamento no art. 129, I, VI e IX da Constituição Federal e art. 33, I, “b”, da Lei Complementar Estadual nº 003/1994, requisito a V.Sa. que seja realizada a elaboração de Relatório Ambiental, com visita *in loco*, fixando-se prazo de 10 dias para resposta.

Advirto que a omissão ou recusa à presente requisição poderá gerar responsabilidade civil, administrativa e criminal.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **VALCÍO LUIZ FERREI**,
Promotor(a) de Justiça, em 29/07/2019, às 16:35, conforme art. 1º, III, “b”,
da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprrr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0102910** e o código CRC **A55A51DD**.

FEMARH-RR PROTOCOLADO

Em: 01/08/19

Hora: 09:38



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
2ª TITULARIDADE

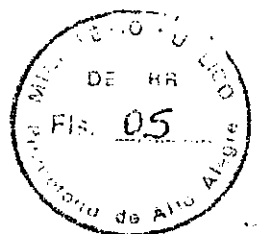
TERMO DE DECLARAÇÕES

NOME: DOGLAS ANDREI LORENZET
FILIAÇÃO: PEDRO LORENZET/INÊS TURRA LORENZET
PROFISSÃO: TÉCNICO AGRÍCOLA
ENDEREÇO: RUA JOAQUIM NABUCO, 186-MECEJANA
TELEFONE: 984094886 EMAIL: DATA:17/07/19 HORA: 12:24

RESUMO DOS FATOS:

Nesta data, a pessoa acima identificada compareceu na Secretaria da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, **A QUAL AUTORIZA**, por este termo e se for o caso, ser contatado no endereço/telefone/email por eventual fiscalização e levantamento de quaisquer órgãos/instituições públicas requisitadas pelo Ministério Público e devidamente identificadas, independentemente do horário e dia da semana, e desde já **DECLARA** que fornecerá quaisquer informações/esclarecimentos necessários e, se cabível, franqueará o acesso a seu imóvel para o fim de subsidiar intervenção do Poder Público e adoção das medidas previstas em lei. Em relação aos fatos que ensejaram seu comparecimento ao MPERR, passa a declarar **QUE** é funcionário da Empresa Mac Laren Agropecuária S.A, CNPJ 040411250001-10; **QUE** fica situada na BR 174, Município do Alto Alegre, sentido Amazonas conforme mapa manuscrito, anexo; **QUE** fez um levantamento da área para executar o plantio de soja; **QUE** no levantamento foi constatado uma invasão denominado Assentamento Novo Planalto; **QUE** esta ocorrendo o desmatamento e a extração ilegal de madeira de mais ou menos 2.000,00 (dois mil) ha; **QUE** também estão fazendo casas dentro de áreas de preservação permanente da propriedade; **QUE** devido a ocupação na APP, esta ocorrendo várias formas de crimes ambientais como, criação de galinhas, construção de pocilgas, lixo doméstico; **QUE** todo os resíduos estão sendo lançados no igarapé Capivara; **QUE** já fez denuncia no Ibama e na Polícia Civil do município de alto Alegre; **QUE** oferta boletim de ocorrência e Ficha de informação e denuncia; **QUE PEDE PROVIDÊNCIAS**. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado, dou por encerrado o termo, o qual lido e achado conforme vai devidamente assinado, por mim *Leuda Martins Nobre*, servidora da Promotoria, que digitei e subscrevo para ser encaminhado ao Promotor de Justiça, Dr. Luis Carlos Leitão Lima, conforme distribuição nº. 026/2019. Cópia foi entregue ao declarante.

Declarante:



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE ALTO ALEGRE - ALTO ALEGRE - RR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº 019875/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 03/07/2019 11:00 Data/Hora Fim: 03/07/2019 12:41
Origem: Polícia Judiciária Data: 03/07/2019
Delegado de Polícia: Wesley Costa de Oliveira

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia de Polícia de Alto Alegre
Data/Hora do Fato: 02/07/2019 14:08

Local do Fato

Município: Alto Alegre (RR)
Logradouro: FAZENDA MAC LARIN

Bairro: ALTO ALEGRE

Tipo do Local: Área Rural

| | |
|------------------------------|---------------------|
| Notificação | Motivo (Empreitada) |
| 9914: Comunicação de Invasão | Não Houve |

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: DOGLAS ANDRÉ LORENZET (COMENDANTE 1)
Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: RR - Roraimense Sexo: Masculino Nascimento: 28/04/1965
Profissão: Técnico Agrícola Escolaridade: Ensino Superior Completo
Estado Civil: Solteiro(a) Nome do Pai: Pedro Lorenzet
Nome da Mãe: Inês Terra Lorenzet
Em Serviço: Não

Documentos(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 000.770.858-90
RG - Carteira de Identidade: 9067818321

Endereço

Município: Alto Alegre - RR
Logradouro: RUA JOAQUIM NABUCO Nº: 156
Complemento: CASA
Bairro: MECEJANA
Telefone: (95) 8409-4636 (CASA)

Nome Civil: MARINETE PEREIRA (SUPOSTO AUTOMINISTRADOR)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Feminino Idade: 40
Estado Civil: Casado(a)

Endereço

Município: Alto Alegre - RR
Logradouro: FAZENDA MAC LARIN
Bairro: ZONA RURAL



Delegado de Polícia Civil: Wesley Costa de Oliveira
Impresso por: Raniel Mendes Silva Dos Santos
Data de Impressão: 03/07/2019 12:41
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimento Policial Eletrônico



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE ALTO ALEGRE - ALTO ALEGRE - RR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 019875/2019

Nome Civil: CLAUDIONOR MORAIS (SUPOSTO AUTOMATEMATICO)
Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino Idade: 40
Estado Civil: Solteiro(a)

Endereço

Município: Alto Alegre - RR
Logradouro: FAZENDA MAC LARIN
Bairro: ZONA RURAL

Nome Civil: CARLOS DERER DA SILVA (SUPOSTO AUTOMATEMATICO)
Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino Idade: 35
Estado Civil: Solteiro(a)

Endereço

Município: Alto Alegre - RR
Logradouro: FAZENDA MAC LARIN
Bairro: ZONA RURAL

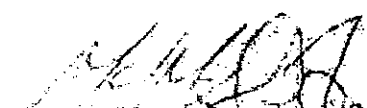
OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

RELATÓRIO HISTÓRICO

SENHOR DELEGADO COMPARECEU NESTA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL O COMUNICANTE ADIMA QUALIFICADO PARA NOS INFORMAR A SEGUINTE OCORRÊNCIA: QUE É FUNCIONÁRIO DA FAZENDA MAC LAREN AGRO PEGUARIA S/A CNPJ 049411255001-10, QUE TRABALHA NA FUNÇÃO DE TEC. AGRÍCOLA, RESPONSÁVEL PELA ESTRUTURAÇÃO DA FAZENDA MUCUNA, QUE ESTEVE NA FAZENDA DIA 02 DE JULHO DE 2019 PARA COMEÇAR OS TRABALHOS, MAIS O QUE VIU FOI AS DUAS SEDES TOTALMENTE DESTRUÍDAS, COM TELHADO, PORTAS, JANELAS, CAIXA D'ÁGUA, PARTE ELÉTRICA TODA DESTRUÍDA, CERCAS INTERNAS DESTRUÍDAS, AS VICINHAS DE ACESSO A FAZENDA FORAM TODAS DESTRUÍDAS COM DAS MANILHAS RETIRADAS; QUE ESTIVE NAS MARGENS DO RIO MUCAJÁ, ÁREA QUE PERTENCE A FAZENDA E VERIFIQUEI QUE ESTÃO RETIRANDO MADEIRA ILEGALMENTE; QUE ESTEVE A PRIMEIRA VEZ NA FAZENDA DIA 10 JUNHO DE 2019 E FOI CERCADO POR TRÊS INDIVÍDUOS QUE ESTAVAM COM ARMAS NA CINTURA E QUE O QUANTO HOMEM ERA O CLAUDIONOR QUE DIRIGINDO UMA CAMIONETE HILUX DE COR PRETA E QUE ESTAVA COM A PLACA COBERTA; ONDE O CLAUDIONOR ME PERGUNTOU O QUE EU ESTAVA FAZENDO ALI, FOI QUANDO EU FALEI QUE ERA O GERENTE DA FAZENDA E ESTAVA ALI PARA ESTRUTURAR A FAZENDA; QUE O CLAUDIONOR FALOU QUE A FAZENDA ERA DELES E QUE NÃO PODEM VOLTAR LA, COM O TOM AMEAC; QUE DIAS DEPOIS VOLTEI AO LOCAL E PROCUREI DE POPULARES A RESPEITO DE ADQUIRIR UM LOTE DE TERRA, E ME ENFORMARAM PARA PROCURAR A ASSOCIAÇÃO NOVO PLANALTO E FALAR COM CLAUDIONOR; CARLOS DERER OU MARTE A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO; QUE TAMBEM SÃO RESPONSÁVEL PELA VENDA DE MADEIRAS, QUE DEIXO EM ANEXO DOCUMENTOS E PLANTAS PARA MELHORES INFORMAÇÕES, E O RELATO.

ASSINATURAS


Manoel Mendes Silva Dos Santos
Agente de Polícia
Matrícula 94230211
Responsável pelo atendimento


Douglas Andrei Lorenzini
(Comunicante)

Declaram para os devidos fins de direito que as informações aqui prestadas são verdadeiras e corretas, sob pena de responderem criminalmente por falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Código Penal Brasileiro.



Delegado de Polícia Civil (Município de Alto Alegre)
Imprimir por: Manoel Mendes Silva Dos Santos
Data da impressão: 03/07/2019 12:41
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
RECURSOS HÍDRICOS DE RORAIMA - FEMARH

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0002959

CONFORME ARTIGO 70 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 9.605/1998 FOI CONSTATADA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. O ARTIGO 3º DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/2008, FORAM IMPOSTAS AS SEGUINTE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- ☐ ADVERTÊNCIA ☒ MULTA SIMPLES ☐ MULTA DIÁRIA ☐ APREENSÃO
☐ DESTRUIÇÃO/INUTILIZAÇÃO ☐ SUSPENSÃO DE VENDA/FABRICAÇÃO/ATIVIDADES
☒ EMBARGO ☐ SUSPENSÃO DE VENDA/FABRICAÇÃO/ATIVIDADES

| | | | | | | |
|--------------------------|--|---|-------|---|-----------------|-----------|
| 01-CPF | 725.615.757-20 | 02-IDENTIFICAD. DE ELEITOR / C. PROFISSIONAL / PASSAPORTE | 79719 | 03-IDENTIFICAD. DE ELEITOR / C. PROFISSIONAL / PASSAPORTE | 79719 | |
| 04-NOME DO AUTUADO | MARIA GRACIETE DE CASTRO LIMA | | | | 05-NATURALIDADE | |
| 06-RELACAO | NELSON VINIO DE CASTRO E ACQUINO IRENE DE CASTRO | | | | 07-TELEFONE | 991104901 |
| 08-ENDERECO | RUA VELHO VILAGE, 201 | | | | 09-UF | RR |
| 10-BAIRRO OU DISTRITO | BOATIS | | | | 11-CEP | 69300-000 |
| 12-DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO | DESTAVIA C, 807 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, EM ÁREA CONSIDERADA "ÁREA DE RESEGUARDO PERMANENTE", SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA "ÁREA CRISTALINA". | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|---|--------------|----------|--------------|------------|--------------|--------|--------------|---------|--------------|--------|--------------|
| 13-ART. | INCISOALÍNEA | C/ARTIGO | INCISOALÍNEA | 14-ARTIGO | INCISOALÍNEA | C/ART. | INCISOALÍNEA | 15-ART. | INCISOALÍNEA | C/ART. | INCISOALÍNEA |
| 70 | CAPUT | .38 | CAPUT | 3º | II/VII | 43 | CAPUT | - | - | - | - |
| 16-LEI | 9.605/98 | | | 17-DECRETO | 6.514/2008 | | | | | | |
| 18-VALOR DA MULTA | R\$ 5.000,00 | | | | | | | | | | |
| 19-DESCRIÇÃO DAS DEMAIS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS: | | | | | | | | | | | |
| FICA CARRADA A RUA NOVA NAS RECOMENDADAS ECOLÓGICAS NO CAMPO DO | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|------------------------------------|--|---------------------|-------------|--|--------------------------------|------------|
| 20-COORDENADAS DO LOCAL DA INFRAÇÃO | N 02° 42' 56,08" W-061° 01' 23,59" | | 21-MUNICÍPIO | ALTO ALEGRE | | 22-UF | RR |
| 23-NOTA DA AUTUAÇÃO | 15:05 | | 24-DATA DA AUTUAÇÃO | 04/10/2019 | | 25-DATA DE VENCIMENTO DA MULTA | 13/10/2019 |
| 26-VALOR DECLARADO DOS BENS APREENDIDOS: R\$ | | | | | | | |
| 27-ASSINATURA DO AUTUADO | | | | | | | |
| * Maria Graciete de Castro Lima | | | | | | | |
| ARTIGO 108. O AUTUADO PODERÁ NO PRAZO DE VINTE DIAS, DA DATA DA CÊNEA DE AUTUAÇÃO, OPOR RECURSO CONTRA O AUTO DE INFRAÇÃO | | | | | | | |
| 28-ASSINATURAS E CARIMBOS DOS AUTUADES | | | | | | | |
| José Rodrigues da Silva Júnior Analista Ambiental / Fiscal DMCA / FEMARH / RR - Mat. 042052084 | | | | | | | |